



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



### AUTUAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro) AUTUO o presente feito, cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUINHO E MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, tombando-o sob o nº 065/2024.

São Francisco do Brejão (MA), 18 de abril de 2024

*[Signature]*  
**ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA**  
Secretaria Municipal de Assistência Social



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



OFICIO N° 078/2024

São Francisco do Brejão (MA), 19 de abril de 2024

A Secretaria Municipal de Assistências Social vem por meio deste requerer seja aprovado o Termo de Referência em anexo, cujo objeto consiste na contratação de empresa para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e matérias permanentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA.

Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA.

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente:

  
ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Assistências Social

**EXMO. SRA.  
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES  
PREFEITA MUNICIPAL  
NESTA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	<b>CAMA ELÁSTICA:</b> 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2		
2	<b>PISCINA DE BOLINHA:</b> Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2		
3	<b>CARRINHO DE PIPOCA COMPLETO:</b> Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1		
4	<b>CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO:</b> Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1		
5	<b>ESCORREGADOR PLÁSTICO:</b> Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2		
6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2		
7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHES:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2		



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas emborrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12 cm. Comp.: 42 cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg. 40cm	2	
10	<b>LIXEIRA BASCULANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm comp. 40cm Larg;40 cm	2	
11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas laterais salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	
<b>TOTAL</b>			

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.  
 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021  
 1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação justifica-se tendo em vista a necessidade de equipar a Secretaria Municipal e órgãos dependentes (CRAS da Sede e do Povoado Trecho Seco, e Centro de Convivência da Sede) para o entretenimento, diversão e lazer das crianças de projetos sociais realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Promovido o levantamento qualitativo e quantitativo do objeto e, concluindo tratar-se de **bem comum** cuja oferta no mercado é ampla, indica-se a título de solução (contratação do objeto) a realização de procedimento de seleção da proposta mais vantajosa, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade:**



4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do projeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. A entrega do objeto será no prazo de até cinco dias, contados do recebimento da “**Ordem de Fornecimento**”, em remessa parcelada, conforme as necessidades da administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as



ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).



6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDAÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até um dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;



- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
  - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;>

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Sege/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.23.1.1. FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PARQUINHO INFANTIL**

8.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme custos apostos na tabela constante no item 01.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

04.122.0006.2-170 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

08.122.0006.2-125 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0005.2-205 - Manutenção do Programa Primeira Infância - Criança Feliz

08.244.0005.2-239 - Gestão da Proteção Social Básica

4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

São Francisco do Brejão (MA), 19 de abril de 2024

  
ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Assistência Social



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças*



## PESQUISA DE PREÇOS

Em ter., 23 de abr. de 2024 às 10:19, PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com> escreveu:

Bom dia,recebido

Em ter., 23 de abr. de 2024 às 10:14, ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com> escreveu:

Bom dia, segue em anexo o orçamento

**De:** PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

**Enviado:** sexta-feira, 19 de abril de 2024 12:57

**Para:** Lindomar Sousa <lindomarbrasilnordeste@gmail.com>; ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA

<linet.cultural@hotmail.com>; esaalencar@hotmail.com COMERCIO

<COMERCIOSPMARTINS@hotmail.com>

**Assunto:** Solicitação de Pesquisas de Preços



Boa tarde, segue em anexo o Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para o fim de contratação de serviços destinados ao atendimento desta pasta. Considerando que com base em contrato anterior e em pesquisa junto a internet obtivemos a informação de que os srs prestam serviços na área em questão, solicitamos a gentileza de, em sede de pesquisa de preços, nos enviar orçamento no molde do TR em anexo a fim de subsidiar esta Pasta no tocante à obtenção de média de preços praticados no mercado. Favor, confirmar o recebimento. Atenciosamente, ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13 - Contrato.pdf

175K

8 de maio de 2024 às 11:32

ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>

Para: PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

Bom dia!

Em 8 de mai. de 2024 10:31, PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com> escreveu:

Bom dia, assinatura de contrato.

Em ter., 23 de abr. de 2024 às 10:19, PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com> escreveu:

Bom dia,recebido

Em ter., 23 de abr. de 2024 às 10:14, ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com> escreveu:

Bom dia, segue em anexo o orçamento

**De:** PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

**Enviado:** sexta-feira, 19 de abril de 2024 12:57

**Para:** Lindomar Sousa <lindomarbrasilnordeste@gmail.com>; ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA

<linet.cultural@hotmail.com>; esaalencar@hotmail.com COMERCIO

<COMERCIOSPMARTINS@hotmail.com>

**Assunto:** Solicitação de Pesquisas de Preços

Boa tarde, segue em anexo o Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para o fim de contratação de serviços destinados ao atendimento desta pasta. Considerando que com base em contrato anterior e em pesquisa junto a internet obtivemos a informação de que os srs prestam serviços na área em questão, solicitamos a gentileza de, em sede de pesquisa de preços, nos enviar orçamento no molde do TR em anexo a fim de subsidiar esta Pasta no tocante à obtenção de média de preços praticados no mercado. Favor, confirmar o recebimento. Atenciosamente, ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



PREFEITURA BREJÃO &lt;prefeiturabrejao2021@gmail.com&gt;

## Solicitação de Pesquisas de Preços

7 mensagens

PREFEITURA BREJÃO &lt;prefeiturabrejao2021@gmail.com&gt;

Para: Lindomar Sousa <lindomarbrasilnordeste@gmail.com>, ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>, "esaalencar@hotmail.com COMERCIO" <COMERCIOSPMARTINS@hotmail.com>

19 de abril de 2024 às 12:57

RUBRICA

em questão, solicitamos a gentileza de, em sede de pesquisa de preços, nos enviar orçamento no molde do TR em anexo a fim de subsidiar esta Pasta no tocante à obtenção de média de preços praticados no mercado. Favor, confirmar o recebimento. Atenciosamente, ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



**COTAÇÃO SÃO FRANCISCO DO BREJÃO.pdf**  
861K

**ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA** <linet.cultural@hotmail.com>  
Para: PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

23 de abril de 2024 às 10:14

Bom dia, segue em anexo o orçamento

**De:** PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

**Enviado:** sexta-feira, 19 de abril de 2024 12:57

**Para:** Lindomar Sousa <lindomarbrasilnordeste@gmail.com>; ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>; esaalencar@hotmail.com COMERCIO <COMERCIOSPMARTINS@hotmail.com>

**Assunto:** Solicitação de Pesquisas de Preços

Boa tarde, segue em anexo o Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para o fim de contratação de serviços destinados ao atendimento desta pasta. Considerando que com base em contrato anterior e em pesquisa junto a internet obtivemos a informação de que os srs prestam serviços na área em questão, solicitamos a gentileza de, em sede de pesquisa de preços, nos enviar orçamento no molde do TR em anexo a fim de subsidiar esta Pasta no tocante à obtenção de média de preços praticados no mercado. Favor, confirmar o recebimento. Atenciosamente, ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**orçamento brejão....pdf**  
166K

**PREFEITURA BREJÃO** <prefeiturabrejao2021@gmail.com>  
Para: ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>

23 de abril de 2024 às 10:19

Bom dia, recebido

Em ter., 23 de abr. de 2024 às 10:14, ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com> escreveu:

Bom dia, segue em anexo o orçamento

**De:** PREFEITURA BREJÃO <prefeiturabrejao2021@gmail.com>

**Enviado:** sexta-feira, 19 de abril de 2024 12:57

**Para:** Lindomar Sousa <lindomarbrasilnordeste@gmail.com>; ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>; esaalencar@hotmail.com COMERCIO <COMERCIOSPMARTINS@hotmail.com>

**Assunto:** Solicitação de Pesquisas de Preços

Boa tarde, segue em anexo o Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social para o fim de contratação de serviços destinados ao atendimento desta pasta. Considerando que com base em contrato anterior e em pesquisa junto a internet obtivemos a informação de que os srs prestam serviços na área em questão, solicitamos a gentileza de, em sede de pesquisa de preços, nos enviar orçamento no molde do TR em anexo a fim de subsidiar esta Pasta no tocante à obtenção de média de preços praticados no mercado. Favor, confirmar o recebimento. Atenciosamente, ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**PREFEITURA BREJÃO** <prefeiturabrejao2021@gmail.com>  
Para: ABDIJALMA DIAS DE OLIVEIRA <linet.cultural@hotmail.com>

8 de maio de 2024 às 10:31

Bom dia, assinatura de contrato.

# LINET CULTURA

Linet Cultural Comércio Ltda

CNPJ:04.516.162/0001 – 38

Insc. Est. 12.183.0008-0



## ORÇAMENTO

Ao Município de São Francisco do Brejão – MA  
Departamento de Compras

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	<b>CAMA ELÁSTICA:</b> 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	R\$ 3.780,00	R\$7.560,00
2	<b>PISCINA DE BOLINHA:</b> Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	R\$3.300,00	R\$6.600,00
3	<b>CARRINHO DE PIPOCA COMPLETO:</b> Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	R\$5.150,00	R\$5.150,00
4	<b>CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO:</b> Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	R\$6.400,00	R\$6.400,00
5	<b>ESCORREGADOR PLÁSTICO:</b> Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2	R\$1.900,00	R\$3.800
6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2	R\$1.320,00	R\$2.640,00

# LINET CULTURA

Linet Cultural Comércio Ltda

CNPJ:04.516.162/0001 - 38

Insc. Est. 12.183.0008-0



7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHES:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2	R\$1.400,00	R\$2.800,00	Rupraca
8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	R\$350,00	R\$700,00	
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas emborrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12 cm. Comp.: 42 cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg. 40cm	2	R\$850,00	R\$1.700,00	
10	<b>LIXEIRA BASCULHANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm comp. 40cm Larg:40 cm	2	R\$1.300,00	R\$2.600,00	
11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas lateral salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	R\$6.850,00	R\$13.700,00	
<b>TOTAL</b>					<b>R\$53.650,00</b>

VALOR TOTAL DESTE ORÇAMENTO: R\$53.650,00 (Cinquenta e Três Mil, Seis Centos e Cinquenta Reais)

VALIDADE DE ORÇAMENTO: 60 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: 30 DIAS

# **LINET CULTURA**

Linet Cultural Comércio Ltda

CNPJ:04.516.162/0001-38

Insc. Est. 12.183.0008-0



LINET CULTURAL LINET CULTURAL COMERCIO  
COMERCIO LTDA: Eu sou o autor deste  
04516162000138 documento  
2024.04.23 10:00:11-03'00'

---

LINET CULTURAL COMÉRCIO LTDA

**CNPJ: 04.516.162/0001-38**

Imperatriz-MA, 23 de Abril de 2024

Imperatriz – MA, 23 de Abril de 2024

# L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

INSC. EST: 12.374.160-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS – PERMANENTES



## COTAÇÃO DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA

### PROPONENTE:

Razão Social: L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

Endereço: Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz /MA

CEP: 65.901-600

Telefone: (99) 30755010

E-mail: [lindomarbrasilnordeste@gmail.com](mailto:lindomarbrasilnordeste@gmail.com)

ITEM	DESCRÍÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAMA ELÁSTICA: 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	R\$ 3.700,00	R\$ 7.400,00
2	PISCINA DE BOLINHA: Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	R\$ 3.250,00	R\$ 6.500,00
3	CARRINHO DE PIPOCAS COMPLETO: Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
4	CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO: Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	R\$ 6.300,00	R\$ 6.300,00
5	ESCORREGADOR PLÁSTICO: Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastas de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600  
E-mail: [lindomarbrasilnordeste@gmail.com](mailto:lindomarbrasilnordeste@gmail.com) – FONE: (99) 3075-5010

# L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREEDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

INSC. EST: 12374.730-8



EXPEDIENTE - INFORMÁTICA - BRINQUEDOS - LIVROS - PERMANENTES

	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
6	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHE:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg: 69cm 19 cm	2	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
7	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	R\$ 320,00	R\$ 640,00
8	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas encharcadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12 cm. Comp.: 42 cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg. 40cm	2	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
9	<b>LIXEIRA BASCULANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm comp. 40cm Larg:40 cm	2	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
10				

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600  
E-mail: [lindomarbrasilnordeste@gmail.com](mailto:lindomarbrasilnordeste@gmail.com) – FONE: (99) 3075-5010

# L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

INSC. EST: 12.374.730-9



Rubrica

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS – PERMANENTES

11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas lateral salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	R\$ 6.800,00	R\$ 13.600,00
<b>CINQUENTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E QUARENTA REAIS</b>				<b>R\$ 52.640,00</b>

Imperatriz/MA, 22 de Abril de 2024.

14.793.347/0001-43

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E  
EMPREENDIMENTOS LTDA

Rua Piauí, 649

Centro - CEP: 65.901-600

IMPERATRIZ - MA

L PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA

14.793.347/0001-43

Rua Piaui, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600  
E-mail: [lindomarbrasilnordeste@gmail.com](mailto:lindomarbrasilnordeste@gmail.com) – FONE: (99) 3075-5010



# S.P. MARTINS COMÉRCIO

CNPJ 12.396.276/0001-10  
Rua D. Qd. 14, nº 19, Conjunto Vitoria - Imperatriz/MA  
(99) 98147-0995 / 98833-1883 e-mail: [comerciospmartins@hotmail.com](mailto:comerciospmartins@hotmail.com)

A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

## PROPOSTA DE PREÇO

### 1. OBJETO

1.1. Fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRÍÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAMA ELÁSTICA: 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	3.600,00	7.200,00
2	PISCINA DE BOLINHA: Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	3.200,00	6.400,00
3	CARRINHO DE PIPoca COMPLETO: Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	4.800,00	4.800,00
4	CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO: Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	6.100,00	6.100,00
5	ESCORREGADOR PLÁSTICO: Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2	1.850,00	3.700,00



# S.P. MARTINS COMÉRCIO

CNPJ 12.396.276/0001-10

Rua D. Qd. 14, nº 19, Conjunto Vitória – Imperatriz/MA

(99) 98147-0995 / 98833-1883 e-mail: comerciospmartins@hotmail.com

6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2	1.100,00	2.200,00	
7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHE:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2	1.200,00	2.400,00	
8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	300,00	600,00	
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas emborrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12 cm. Comp.: 42 cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS	2	750,00	1.500,00	



# S.P. MARTINS COMÉRCIO

CNPJ 12.396.276/0001-10  
 Rua D. Qd. 14, nº 19, Conjunto Vitória – Imperatriz/MA  
 (99) 98147-0995 / 98833-1883 e-mail: comerciospmartins@hotmail.com

	Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg. 40cm			
10	LIXEIRA BASCULHANTE COM 04 SELETIVA: Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm comp. 40cm Larg;40 cm	2	1.200,00	2.400,00
11	PLAYGROUD STANDARD MINORE: Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas lateral salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	6.500,00	13.000,00
			<b>TOTAL</b>	50.300,00
			(Cinquenta mil e trezentos reais)	

Imperatriz-MA, 22 de abril de 2024.

12 396 276 / 0001-10

S. P. Martins Comércio

Cl. Nova Vitória 1, nº 19,

Oc. D - Cj. Nova Vitória

CEP 65915-000

IMPERATRIZ - MA



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Processo Administrativo nº 065/2024

São Francisco do Brejão (MA), 24 de abril de 2024

A Secretaria Municipal de Assistências Social vem por meio deste requerer seja aprovado o Termo de Referência em anexo, cujo objeto consiste na contratação de empresa para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e matérias permanentes, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA.

Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA.

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente:

  
ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Assistências Social

**EXMO. SRA.  
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES  
PREFEITA MUNICIPAL  
NESTA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA, conforme descrição abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRÍÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>V. UNIT.</b>	<b>V. TOTAL</b>
1	<b>CAMA ELÁSTICA:</b> 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	3.693,33	7.386,67
2	<b>PISCINA DE BOLINHA:</b> Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	3.250,00	6.500,00
3	<b>CARRINHO DE PIPOCA COMPLETO:</b> Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	4.983,33	4.983,33
4	<b>CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO:</b> Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	6.266,67	6.266,67
5	<b>ESCORREGADOR PLÁSTICO:</b> Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2	1.883,33	3.766,67
6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2	1.240,00	2.480,00
7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHÉ:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2	1.300,00	2.600,00
8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com	2	323,33	646,67

	formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm			
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas emborrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12cm. Comp.: 42cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg: 40cm	2	800	1.600,00
10	<b>LIXEIRA BASCULANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm Comp.: 40cm Larg:40 cm	2	1.266,67	2.533,33
11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas lateral salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	6.716,67	13.433,33
<b>TOTAL</b>				<b>52.196,67</b>

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.  
 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021  
 1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze meses, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação justifica-se tendo em vista a necessidade de equipar a Secretaria Municipal e órgãos dependentes (CRAS da Sede e do Povoado Trecho Seco, e Centro de Convivência da Sede) para o entretenimento, diversão e lazer das crianças de projetos sociais realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Promovido o levantamento qualitativo e quantitativo do objeto e, concluindo tratar-se de bem comum cuja oferta no mercado é ampla, indica-se a título de solução (contratação do objeto) a realização de procedimento de seleção da proposta mais vantajosa, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade:**  
 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.



devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **Subcontratação**

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. A entrega do objeto será no prazo de até cinco dias, contados do recebimento da “**Ordem de Fornecimento**”, em remessa parcelada, conforme as necessidades da administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos locais indicados pela **Secretaria Municipal de Assistência Social**.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**  
6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**  
6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);  
6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a

regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 11, § 1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstruem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução



dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).  
6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIDAÇĀO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até um dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e



7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento



tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

### **Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Fls. 034  
Rubrica

- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Sege/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- Qualificação Técnica**
- 8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



8.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**8.23.1.1. FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PARQUINHO INFANTIL**

8.23.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 52.196,67 (cinquenta e dois mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos), conforme custos apostos na tabela constante no item 01.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

04.122.0006.2-170 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

08.122.0006.2-125 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

08.243.0005.2-205 - Manutenção do Programa Primeira Infância - Criança Feliz

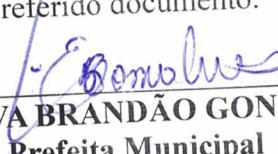
08.244.0005.2-239 - Gestão da Proteção Social Básica

4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

São Francisco do Brejão (MA), 24 de abril de 2024

  
**ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA**  
Secretaria Municipal de Assistência Social

**APROVO** o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

  
**EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES**  
Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*GABINETE DA PREFEITA*



**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo, na forma do art. 72, VIII, da Lei nº 14.133/21, a deflagração do competente procedimento administrativo que vise selecionar a melhor proposta para a Administração Municipal.

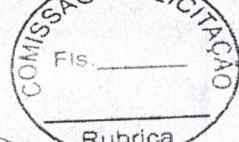
Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00)

São Francisco do Brejão (MA), 24 de abril de 2024

*EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES*  
Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Humano*



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA. **RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Nos termos do que exige o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/21, as propostas adicionais de eventuais interessados em contratar com a administração poderão ser enviadas ao e-mail: [prefeiturabrejao2021@gmail.com](mailto:prefeiturabrejao2021@gmail.com) entre os dias 25 a 29 de abril de 2024. **OBTENÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:** O Termo de Referência poderá ser consultado gratuitamente por meio do site [www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br](http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br)

São Francisco do Brejão (MA) 24 de abril de 2024

  
ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA  
Secretaria Municipal de Assistência Social



### Resultado da Licitação CO 002/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024 – CPL. OBJETO A proposta mais vantajosa para a construção de 10 (dez) casas habitacionais no município de São Francisco do Brejão – MA. RESULTADO A Prefeita do município de São Francisco do Brejão (MA) torna público que nos autos do certame em epígrafe foram declarada vencedora a empresa ESTRELA EMPREENDIMENTOS LTDA., com preço proposto Total de R\$ 1.078.655,86 (um milhão, setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). São Francisco do Brejão (MA), 27 de março de 2024. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES – PREFEITA MUNICIPAL.

Publicado por: Lucas Silva Alencar

Pregoeiro

Código identificador: \$3MjcLyArkAW

### Resultado da Licitação CO 003/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) CONCORRENCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 – CPL. OBJETO A execução de serviços de recuperação e manutenção da estrada vicinal de acesso ao povoado Capemba D'agua. RESULTADO A Prefeita do município de São Francisco do Brejão (MA) torna público que nos autos do certame em epígrafe foram declarada vencedora a empresa 2 C EMPREENDIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, com preço proposto total de R\$ 653.126,38 (seiscentos e cinquenta e três mil, cento e vinte e seis reais e trinta e oito reais). São Francisco do Brejão (MA), 02 de abril de 2024. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES – PREFEITA MUNICIPAL.

Publicado por: Lucas Silva Alencar

Pregoeiro

Código identificador: \$/w5P.eK51im

### Resultado da Licitação CO 005/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2024 – CPL. OBJETO A execução de serviços de recuperação de estradas vicinais que conectam a sede ao Povoado Vila Leal, zona rural. RESULTADO A Prefeita do município de São Francisco do Brejão (MA) torna público que nos autos

do certame em epígrafe foi declarada vencedora a empresa OBRAMAX ENGENHARIA LTDA. com preço proposto Total de R\$ 1.090.806,97 (um milhão, noventa mil e oitocentos e seis reais e noventa sete centavos), São Francisco do Brejão (MA), 22 de abril de 2024. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES -PREFEITA MUNICIPAL.

Publicado por: Lucas Silva Alencar

Pregoeiro

Código identificador: \$zStqEaLTX1b

### ERRATA

#### Extrato do Contrato Nº 142/2024

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) EXTRATO DE CONTRATO Nº 142/2024 CONTRATANTE: SECRETARIAA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA, CONTRATADO: A empresa ESTRELA EMPREENDIMENTOS LTDA., OBJETO A proposta mais vantajosa para a construção de 10 (dez) casas habitacionais no município de São Francisco do Brejão – MA VALOR R\$ 1.078,655.86 (um milhão, setenta e oito e mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos). REGÊNCIA: Lei nº 14.133 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 27.812.0015.1-185 - 16.482.0007.1-023 Construção/reforma/melhoria de Casa Popular 4.4.90.51 – Obras e Instalações São Francisco do Brejão (MA), 02 de abril de 2024. RAIMUNDO SANTOS MOREIRA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

Publicado por: Lucas Silva Alencar

Pregoeiro

Código identificador: zfjryftyzdt20240424110417

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

##### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Nos termos do que exige o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/21, as propostas adicionais de eventuais interessados em contratar





com a administração poderão ser enviadas ao e-mail: prefeiturabrejao2021@gmail.com entre os dias 25 a 29 de abril de 2024. OBTENÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: O Termo de Referência poderá ser consultado gratuitamente por meio do site <http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br> São Francisco do Brejão (MA) 24 de abril de 2024 ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por: Lucas Silva Alencar

Pregoeiro

Código identificador: qc3uubfp3rb20240424150422





ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Dispensa de Licitação 007/2024

São Francisco do Brejão (MA), 02 de maio de 2024

A Secretaria Municipal de Assistência Social, vem por meio deste solicitar a Vossa Senhoria a análise e emissão de parecer jurídico acerca da possibilidade de **FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUINHO E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO -MA**

**JUSTIFICATIVA**

**I – OBJETO**

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho e materiais permanentes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Francisco do Brejão -MA, conforme descrição abaixo:

ITEM	DESCRÍÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	<b>CAMA ELÁSTICA:</b> 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	3.600,00	7.200,00
2	<b>PISCINA DE BOLINHA:</b> Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	3.200,00	6.400,00
3	<b>CARRINHO DE PIPoca COMPLETO:</b> Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	4.800,00	4.800,00
4	<b>CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO:</b> Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	6.100,00	6.100,00
5	<b>ESCORREGADOR PLÁSTICO:</b> Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m	2	1.850,00	3.700,00
6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300	2	1100	2.200,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*

	Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.			
7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHE:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2	1200	2.400,00
8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidades arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	300,00	600,00
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas embrorrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12cm. Comp.: 42cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg: 40cm	2	750,00	1.500,00
10	<b>LIXEIRA BASCULHANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm Comp.: 40cm Larg;40 cm	2	1.200,00	2.400,00
11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas laterais salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	R6.500,00	13.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>50.300,00</b>

**II - CONTRATADO: S.P MARTINS COMÉRCIO (CNPJ: 12.396.276/0001-10)**

**III - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A contratação pretendida para a prestação dos serviços individuados no item I, por dispensa de licitação, se funda no artigo 75, II, da lei 14.133/21 e, portanto, se justifica pelo pequeno vulto das despesas a serem realizadas.

**IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

A escolha do fornecedor tem por escora os preços constantes na proposta apresentada pelo mesmo em sede de pesquisa realizada pela administração nos moldes do que preconiza o art. 75, § 3º, da



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Lei nº 14.133/21.

**V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços do objeto coadunam-se com os valores praticados no mercado local, conforme depreende-se do projeto básico e proposta de preços anexada aos presentes autos.

Por fim, declaramos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, PPA e LOA.

Atenciosamente

  
**ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA**  
Secretaria Municipal de Assistência Social

À  
Assessoria Jurídica do Município de São Francisco do Brejão – MA  
**NESTA**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N° /  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO  
FRANCISCO DO BREJÃO (MA) E A EMPRESA S.P.  
MARTINS COMÉRCIO, NA FORMA ABAIXO.

Aos dias do \_\_\_ de \_\_\_ do ano de 2024, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA)**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 19.054.025/0001-04, com sede administrativa na Avenida Castelo Branco s/n, Centro, neste ato por sua Secretária Municipal Sra. **ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA**, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade de nº 026087692003-9 SSP-MA e do CPF nº 019.363.193-81, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **S. P. MARTINS COMÉRCIO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 12.396.276/0001-10, com sede na Rua Cj Nova Vitoria I nº 19, QD. D, Conjunto Nova Vitoria I- Imperatriz - MA, neste ato representado pelo Sra. **SHIRLENE PEREIRA MARTINS**, brasileira, casada, empresária, portador da cédula de identidade de nº 0239477920033 GEJUSPC/MA e do CPF nº 024.356.653-00, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024, Processo Administrativo n° 5/2024**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho para as escolas de ensino infantil da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024** tombado sob o nº **065/2024** e da proposta apresentada.

ITEM	DESCRICAÇÃO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	<b>CAMA ELÁSTICA:</b> 3.05diâmetro proteção colorida rede em fio de nylon, 64 molas.	2	3.600,00	7.200,00
2	<b>PISCINA DE BOLINHA:</b> Com 2.000 bolas 3 metros de diâmetros coloridas coberta com lona verde marca.	2	3.200,00	6.400,00
3	<b>CARRINHO DE PIPOCA COMPLETO:</b> Com 2 rodas divisórias acompanhada 01 panela, 01 fogareiro, a gás medidas Alt 1.28cm, Larg 69cm Comp.: 1.19cm	1	4.800,00	4.800,00
4	<b>CARRINHO DE ALGODÃO DOCE COMPLETO:</b> Gabinete em chapa galvanizada rodas pneumáticas.	1	6.100,00	6.100,00
5	<b>ESCORREGADOR PLÁSTICO:</b> Escorregador com rampa ondulada com bordas salientes e anatômicos e encaixe para tanques de areia. Escada de acesso com cinco degraus e ressaltos laterais (corrimão). Com base de apoio, para maior	2	1.850,00	3.700,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



	estabilidade e hastes de segurança unidos a escada a rampa. Todas as peças com extremidade arredondadas. Em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt. 1,30m comp. 2,10m LARG 1,05m			
6	<b>LOUSA CAVALETE LOUSINHA RANNB:</b> Brinquedo educativo e divertido desperta na criança o interesse pela escrita e o desenvolve a linguagem e o raciocínio lógico. Cavalete formado por um lado com lousa para giz e outro lado com quadro branco com superfície extremamente lisa para pincel marcador, bandeja com compartimento para deixar giz, apagador, etc. a qual também limita a abertura do cavalete. Ideal para criança em processo de aprendizagem em conformidade com a norma NM 300 Alt: 1.03m comp. 65cm Larg: 54cm.	2	1100	2.200,00
7	<b>TEATRO PLÁSTICO TEATRO DE FANTOCHE:</b> Teatro de fantoche com detalhes que caracterizam telhados na parte de superior, balcão de apoio e cortina caracterizando palco, armário com prateleira e portas na parte traseira para as crianças guardarem os fantoches casinhas verde especial, porta amarela e a cortina vermelha. Em conformidade com a norma NM 300 Alt:90cm Comp. Larg; 69cm 19 cm	2	1200	2.400,00
8	<b>GANGORRA CAVALINHO:</b> Gangorra com formato de cavalo com extremidade arredondadas e assentos anatômicos, proporcionando a criança momentos de alegria e descontração. Produzido em material resistente. Em conformidade com a norma NM 300. Alt: 45cm Comp.: 90 cm, Larg 28cm	2	300,00	600,00
9	<b>GANGORRA JACARÉ 02 LUGARES:</b> Gangorra em formato de crocodilo adequado para ser utilizado por até três crianças ao mesmo tempo. Possui manoplas emborrachadas e apoio para os pés que oferece conforto e segurança para as crianças. Acompanha cordas para a fixação em conformidade com a norma NBR 16.071 Alt 12cm. Comp.: 42cm Larg: 17cm. em conformidade com anormal NM 300 Alt:45cm ref.: 1213ROS Ref.; 1213-Lar comp.: 1.50m Larg: 40cm	2	750	1.500,00
10	<b>LIXEIRA BASCULHANTE COM 04 SELETIVA:</b> Produzidas em resina plástica (PELMD) com ótimo resultado em teste laboratório a tração, torção e proteção UV (pigmentos atóxicos) Alt: 85cm Comp.: 40cm Larg;40 cm	2	1.200,00	2.400,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



11	<b>PLAYGROUD STANDARD MINORE:</b> Standard minore contém dois escorregadores e uma atividade didática que proporciona momentos divertidos para as crianças. Playground é formado por uma torre e dois escorregadores pequenos em formato raiado bordas lateral salientes e anatômicas e encaixes para tanques.	2	R6.500,00	13.000,00	<b>TOTAL</b>	<b>50.300,00</b>
----	--	---	-----------	-----------	--------------	------------------

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2024** tombado sob o nº **065/2024**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL**

O valor total estimado deste contrato é de R\$ **50.300,00** (cinquenta mil, e trezentos reais centavos).

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:  
04.122.0006.2-170 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social  
08.122.0006.2-125 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
08.243.0005.2-205 - Manutenção do Programa Primeira Infância - Criança Feliz  
08.244.0005.2-239 - Gestão da Proteção Social Básica  
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em doze meses, podendo ser prorrogado nos termos do que disciplina a Lei nº 14.133/21, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessárias ao desenvolvimento das atividades relativas às obrigações da contratada.
- b) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados da CONTRATADA;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, através de um funcionário especialmente designado que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o Contrato.
- e) Designar pessoas responsáveis pelo encaminhamento e fiscalização dos serviços ora pactuados;
- f) Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste termo;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



- g) Ordenar se for o caso, a imediata substituição de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
- h) Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis no contrato, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida;
- i) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024** tombado sob o nº **065/2024** e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.

Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo as exigências do Tribunal de Contas do Estado Maranhão, Tribunal de Contas da União e demais normas do direito financeiro, cumprindo todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Executar os serviços, através de mão de obra especializada, na forma preceituada pelo contrato, observadas as especificações técnicas e condições comerciais declinadas em seus anexos, inclusive com as prescrições do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo civil e criminalmente, pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- c) Fornecer mão-de-obra profissional qualificada e inscrita junto ao Conselho Profissional competente;
- d) Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste instrumento;
- f) Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução do Contrato;
- g) Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas neste Termo;
- h) Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal, podendo o Contratante exigir a imediata substituição de profissional cuja permanência julgar inconveniente;
- i) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
- j) Os serviços contratados, caso não satisfaçam à Fiscalização da CONTRATANTE, serão impugnados, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de sua ré execução direta, além das responsabilidades contratuais;



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



- k) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme estabelece o art. 125, da Lei nº 14.133/21 e alterações;
- l) Emitir Nota Fiscal de Serviços para qualquer recebimento a ser pago pela CONTRATANTE;
- m) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração;
- n) Assumir integral responsabilidade pela direção e supervisão dos trabalhos garantindo a execução dos serviços de acordo com as condições ajustadas;
- o) Comunicar verbalmente, de imediato, e confirmar por escrito à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato impeditivo dos serviços; e
- p) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar trinta por cento do valor do contrato;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A administração poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da contratante;
- c) Impedimento de Litar e contratar com a administração, pelo prazo de até 03 (três) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.
- d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A critério da CONTRATANTE poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



obrigações assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na **CLÁUSULA QUARTA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços serão os constantes na proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) Cópia das respectivas Ordens de Serviço;
- b) Cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, na qual

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso;**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Em que **i** = taxa percentual anual no valor de 6%.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

**PARÁGRAFO NONO:** Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO**

A fiscalização deste Contrato será efetuada pelo servidor **SIOMARA LOPES DA SILVA**, designado pela CONTRATANTE e que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**  
O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO**

Constituem motivos ensejadores da extinção do presente Contrato, os enumerados no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/21, e ocorrerá nos termos dos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATANTE poderá extinguir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que ocorrer:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar o pagamento das prestações vincendas, no caso de extinção do contrato previstos no art. 137, sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES**

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO**

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE no sítio oficial da administração pública municipal, obedecendo ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei Federal



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO**  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*

nº 14.133/21, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de São Francisco do Brejão - MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

São Francisco do Brejão (MA), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

**CONTRATANTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL**

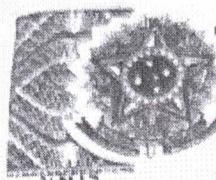
**CONTRATADA**  
**S.P MARTINS COMÉRCIO**  
**REPRESENTANTE LEGAL**

**TESTEMUNHAS:**

CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**SHIRLENE PEREIRA MARTINS**



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
0239477920033 GEJUSPC MA

CPF  
**024.356.653-00** DATA NASCIMENTO  
**30/12/1984**

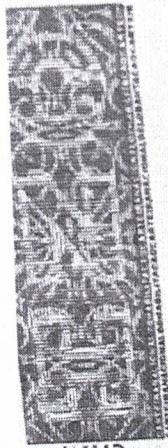
FILIAÇÃO  
**MANOEL PEREIRA MARTINS**

**MARIA PEREIRA MARTINS**

PERMISSÃO — ACC — CAT. HAB.  
[Redacted] [Redacted] AB

VALIDADE — 1<sup>a</sup> HABILITAÇÃO  
**02/07/2025** **14/10/2010**

VALIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
**1994187939**



OBSERVAÇÕES

*Shirlene P. Martins*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**SAO LUIS, MA**

DATA EMISSÃO  
**03/07/2020**

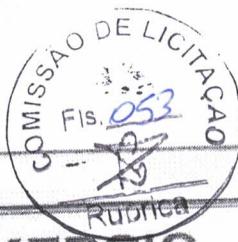
*Larissa Abdalla Britto*  
Diretora Geral - Detran / MA

ASSINATURA DO EMISSOR

46846918404  
MA042679737

**MARANHÃO**

PROIBIDO PLASTIFICAR  
**1994187939**



# L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

INSC. EST: 12.374.730-9

EXPEDIENTE – INFORMÁTICA – BRINQUEDOS – LIVROS - PERMANENTES

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa S.P. MARTINS COMÉRCIO, CNPJ nº 12.396.276/0001-10, estabelecida na Rua D, Quadra 14. Nº 19 Conjunto Vitória – Imperatriz –MA, prestou serviços de **FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO E LIVROS DIDÁTICOS** no mês de janeiro de 2023 e entregou no prazo previamente determinado.

Registrados, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Imperatriz – MA, 09 de agosto de 2023

14.793.347/0001-43

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E  
EMPREENDIMENTOS LTDA

Rua Piauí, 649

Centro - CEP: 65.901-600

IMPERATRIZ - MA

L. PIRES DE SOUSA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ: 14.793.347/0001-43

Lindomar Pires de Sousa  
(Gerente e Proprietário)

Rua Piauí, nº 649, Centro, Imperatriz - MA, CEP: 65.901-600  
E-mail: [lindomarbrasilnordeste@gmail.com](mailto:lindomarbrasilnordeste@gmail.com) – FONE: (99) 3075-5010

Contabilidade Geral  
CONTABILIDADE  
S P MARTINS COMERCIO - 12.396.276/0001-10  
RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 19, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000

Balanço Patrimonial - Exercício de 2022  
CNPJ : 12.396.276/0001-10 - REG. JUNTA COMERCIAL: 21101742450 EM 16/08/2010



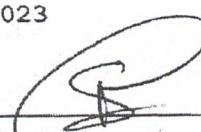
IMPERATRIZ – MA

1	ATIVO	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	
1.1.1	DISPONÍVEL	
1.1.1.01	CAIXA	261.736,21
1.1.1.0001	CAIXA GERAL	261.736,21
***	CAIXA	261.736,21
***	DISPONÍVEL	
1.1.2	CLIENTES	
1.1.2.01	DUPLICATAS A RECEBER	211.431,22
1.1.2.01.0001	DUPLICATAS A RECEBER	211.431,22
***	DUPLICATAS A RECEBER	211.431,22
***	CLIENTES	
1.1.5	ESTOQUES	
1.1.5.01	MERCADORIAS PRODUTOS E INSUMOS	378.047,00
1.1.5.01.0001	MERCADORIAS PARA REVENDA	378.047,00
***	MERCADORIAS PRODUTOS E INSUMOS	378.047,00
***	ESTOQUES	
**	ATIVO CIRCULANTE	851.214,43
1.3	ATIVO PERMANENTE	
1.3.2	IMOBILIZADO	
1.3.2.02	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	21.024,00
1.3.2.02.0001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	24.296,40
1.3.2.02.0002	EQUIP. PROC. ELET DE DADOS	45.320,40
***	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	
1.3.2.09	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT E EXAUSTÕES ACUM	7.410,41
1.3.2.09.0002	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	

IMPERATRIZ - MA , 23 de agosto de 2023

Shirlene P. Martins

SHIRLENE PEREIRA MARTINS  
TITULAR PROPRIETARIO  
R.G.:0239477920003-3 Org. Exp.:GEJUSPC  
CPF: 024.356.653-00

  
FRANCISCO COELHO DA SILVA  
Técnico(a) em Contabilidade CRC: 4871-MA  
R.G.:21518252002-2 Org. Exp.:SESP-MA  
CPF: 205.695.303-00

Contabilidade Geral  
CONTABILIDADE  
S P MARTINS COMERCIO - 12.396.276/0001-10  
RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 19, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000



Página 2 de 7

IMPERATRIZ – MA

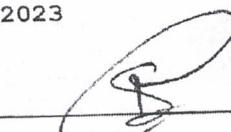
Balanço Patrimonial - Exercício de 2022  
CNPJ : 12.396.276/0001-10 - REG. JUNTA COMERCIAL : 21101742450 EM 16/08/2010

1.3.2.09.0008	(-) DEPRE S/ EQUIP PROC ELET DADOS	8.629,22
***	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT E EXAUSTÕES ACUM	16.039,63
***	IMOBILIZADO	29.280,77
**	ATIVO PERMANENTE	29.280,77
*	ATIVO	880.495,20

IMPERATRIZ - MA , 23 de agosto de 2023

Shirlene R. Martins

SHIRLENE PEREIRA MARTINS  
TITULAR PROPRIETARIO  
R.G.:0239477920003-3 Org. Exp.:GEJUSPC  
CPF: 024.356.653-00

  
FRANCISCO COELHO DA SILVA  
Técnico(a) em Contabilidade CRC: 4871-MA  
R.G.:21518252002-2 Org. Exp.:SESP-MA  
CPF: 205.695.303-00

Tron Informática - Fone/Fax: 4002 - 9090

Folha 2

Contabilidade Geral  
CONTABILIDADE  
S P MARTINS COMERCIO - 12.396.276/0001-10  
RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 18, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000



IMPERATRIZ – MA

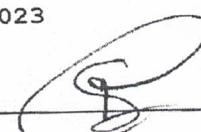
Balanço Patrimonial - Exercício de 2022  
CNPJ : 12.396.276/0001-10 - REG. JUNTA COMERCIAL: 21101742450 EM 16/08/2010

2 PASSIVO		
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	
2.1.3	FORNECEDORES	
2.1.3.01	FORNECEDORES NACIONAIS	158.231,48
2.1.3.01.0001	FORNECEDORES	158.231,48
***	FORNECEDORES NACIONAIS	158.231,48
***	FORNECEDORES	158.231,48
2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.578,59
2.1.4.01.0002	ICMS A RECOLHER	6.405,69
2.1.4.01.0003	SIMPLES A RECOLHER	7.984,28
***	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	7.984,28
***	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.984,28
2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS	
2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	2.182,90
2.1.5.01.0001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	2.182,90
***	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	
2.1.5.02	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	308,06
2.1.5.02.0001	INSS A RECOLHER	212,75
2.1.5.02.0002	FGTS A RECOLHER	520,81
***	OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	2.703,71
***	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PREVIDENCIÁRIAS	168.919,47
**	PASSIVO CIRCULANTE	
2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
2.4.1	CAPITAL SOCIAL	
2.4.1.01	CAPITAL SUBSCrito	

IMPERATRIZ - MA , 23 de agosto de 2023

Shirlene P. Martins

SHIRLENE PEREIRA MARTINS  
TITULAR PROPRIETARIO  
R.G.:0239477920003-3 Org. Exp.:GEJUSPC  
CPF: 024.356.653-00

  
FRANCISCO COELHO DA SILVA  
Técnico(a) em Contabilidade CRC: 4871-MA  
R.G.:21518252002-2 Org. Exp.:SESP-MA  
CPF: 205.695.303-00

Contabilidade Geral  
CONTABILIDADE  
S P MARTINS COMERCIO - 12.396.276/0001-10  
RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 19, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000



IMPERATRIZ – MA

Balanço Patrimonial - Exercício de 2022  
CNPJ : 12.396.276/0001-10 - REG. JUNTA COMERCIAL : 21101742450 EM 16/08/2010

2.4.1.01.0001	CAPITAL SOCIAL	50.000,00
***	CAPITAL SUBSCRITO	50.000,00
***	CAPITAL SOCIAL	50.000,00
2.4.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	
2.4.3.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	481.997,45
2.4.3.01.0001	LUCROS ACUMULADOS	179.578,28
2.4.3.01.0003	RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	661.575,73
***	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	661.575,73
***	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	711.575,73
**	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
*	PASSIVO	880.495,20

IMPERATRIZ - MA , 23 de agosto de 2023

Shirlene P. Martins

SHIRLENE PEREIRA MARTINS  
TITULAR PROPRIETÁRIO  
R.G.:0239477920003-3 Org. Exp.:GEJUSPC  
CPF: 024.356.653-00



FRANCISCO COELHO DA SILVA  
Técnico(a) em Contabilidade CRC: 4871-MA  
R.G.:21518252002-2 Org. Exp.:SESP-MA  
CPF: 205.695.303-00



Contabilidade Geral  
S P MARTINS COMERCIO - 12.396.276/0001-10

RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 19, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 - CNPJ: 12.396.276/0001-10

IMPERATRIZ - MA

RECEITA BRUTA	853.136,90	
VENDAS DE MERCADORIAS NO MERCADO INTERNO		853.136,90
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(21.047,55)	
(-) ICMS	(58.439,88)	
SIMPLES		(79.487,43) 773.649,47
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(445.819,73)	
MERCADORIAS VENDIDAS	(29.232,67)	
MERCADORIAS-FRETE		(475.052,40) 298.597,07
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.424,00)	
13º SALÁRIO	(3.232,00)	
FÉRIAS	(2.321,46)	
FGTS	(7.878,44)	
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(5.121,68)	
TELEFONE	(4.726,80)	
MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	(980,50)	
ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS	(28.660,00)	
SALÁRIOS E ORDENADOS	(29.088,00)	
PRÓ-LABORE	(1.250,00)	
TAXAS DIVERSAS	(6.997,82)	
ENERGIA ELÉTRICA	(1.608,00)	
ÁGUA E ESGOTO	(1.642,60)	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(7.272,00)	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	(6.961,69)	
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.041,00)	
BENS DE VALORES IRRELLEVANTES	(7.272,00)	
SERVIÇO MONITORAMENTO E ALARME	(540,80)	
TAXA LOC. FUNCIONAMENTO-ALVARA		(119.018,79) 179.578,28
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO		
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 179.578,28	

RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 19, QUADRA D  
CONJUNTO NOVA VITÓRIA I, 65915-000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 - CNPJ: 12.396.276/0001-10

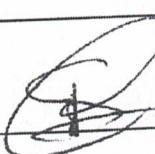


IMPERATRIZ - MA

IMPERATRIZ - MA, 31 de dezembro de 2022

Shirlene P. Martins

SHIRLENE PEREIRA MARTINS  
TITULAR PROPRIETARIO  
R.G.: 0239477920003-3 Org. Exp.: GEJUSPC  
CPF: 024.356.653-00

  
FRANCISCO COELHO DA SILVA  
Técnico(a) em Contabilidade CRC: 4871-MA  
R.G.: 21518252002-2 Org. Exp.: SESP-MA  
CPF: 205.695.303-00



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



Página 7 de 7

## TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, FRANCISCO COELHO DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/MA, sob o nº 004871, inscrito no CPF nº 20569530300, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

### IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)

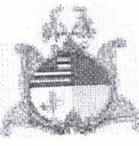
CPF	Nº do Registro	Nome
20569530300	004871	FRANCISCO COELHO DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 24/08/2023 10:21 SOB N° 20231092970.  
PROTOCOLO: 231092970 DE 23/08/2023.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12312554154. CNPJ DA SEDE: 12396276000110.  
NIRE: 21101742450. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 24/08/2023.

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.ma.gov.br](http://www.empresafacil.ma.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 032110/24

Data da

30/04/2024 13:51:41

Inscrição Estadual: 123403782

CPF/CNPJ: 12396276000110

Razão Social: S P MARTINS COMERCIO

Endereço: CNJ NOVA VITORIA I, 19 QUADRA: D; CEP: 65915000 - CONJUNTO NOVA

Telefone: (99)00000000

Município: IMPERATRIZ

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 28/08/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



# GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 158451/24

Data da

30/04/2024 13:49:37

Inscrição Estadual: 123403782

CPF/CNPJ: 12396276000110

Razão Social: S P MARTINS COMERCIO

Endereço: CNJ NOVA VITORIA I, 19 QUADRA: D; CEP: 65915000 - CONJUNTO NOVA

Telefone: (99)00000000

Município: IMPERATRIZ

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 28/08/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

**CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.**

Data Impressão: 30/04/2024 13:49:37



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S P MARTINS COMERCIO  
CNPJ: 12.396.276/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:29:37 do dia 27/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/06/2024.

Código de controle da certidão: **8A05.4486.826C.B5B7**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## PREFEITURA DE IMPERATRIZ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO  
ORÇAMENTARIA - SEFAZGO

CNPJ: 06.158.455/0001-16



06/03/2024 20:59:00  
USUÁRIO:ANONYMOUS

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS-CND Nº 3713/2024 AUTENTICAÇÃO:1MOS-LK0U

A Prefeitura do Município de Imperatriz - MA, por intermédio do departamento de arrecadação, **CERTIFICA**, a pedido da pessoa interessada, que o contribuinte **S P MARTINS COMERCIO**, devidamente Inscrito(a) sob o CNPJ **12.396.276/0001-10** abaixo qualificado, encontra-se em situação regular perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, não constando débitos referentes a Tributos municipais, inscritos ou não em **Dívida Ativa**, até a presente data.

Reserva-se o direito de a Fazenda Municipal inscrever e cobrar débitos posteriormente comprovados, ou que venham a ser apurados, hipótese prevista no Código Tributário Municipal - CTM e prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº5.172/1966.

Fica ressalvada a possibilidade de existência de débitos não abrangidos pela presente certidão, como débitos objetos de ações judiciais em andamento e outros débitos que porventura não tenham sido migrados na mudança de sistema.

#### DADOS DA EMPRESA:

CNPJ: 12.396.276/0001-10

Razão Social: S P MARTINS COMERCIO

Endereço: CONJUNTO NOVA VITORIA I, 19 QUADRA: D; CONJUNTO NOVA VITORIA I

Inscrição: 910473-0

Enquadramento: ISS SIMPLES NACIONAL

Data de Início: 16/08/2010

Atividade Principal: 4761003-COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA

Nome Fantasia: SPM COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS

A Referida Certidão terá validade até **05/05/2024**.

IMPERATRIZ-MA, 06/03/2024.



PREFEITURA DE IMPERATRIZ  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FAZENDA E GESTÃO  
ORÇAMENTARIA - SEFAZGO  
CNPJ: 06.158.455/0001-16



06/03/2024 20:59:00  
USUÁRIO:ANONYMOUS



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
12.396.276/0001-10  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
16/08/2010

NOME EMPRESARIAL  
S P MARTINS COMERCIO

PORTE  
ME

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
SPM COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGOGICOS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

- 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário
- 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos
- 46.37-1-04 - Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares
- 46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
- 46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armário
- 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
- 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados
- 46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem
- 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios
- 46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
- 46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
- 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
- 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
- 46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
- 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
- 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
- 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática
- 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
- 46.64-8-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças
- 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO  
CJ NOVA VITORIA I

NÚMERO  
19

COMPLEMENTO  
QUADRA: D;

CEP  
65.915-000

BAIRRO/DISTRITO  
CONJUNTO NOVA VITORIA I

MUNICÍPIO  
IMPERATRIZ

UF  
MA

ENDERECO ELETRÔNICO  
FCSCONTABIL@UOL.COM.BR

TELEFONE  
(99) 3525-0039

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
16/08/2010

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/03/2024 às 21:14:33 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
12.396.276/0001-10  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
16/08/2010

NOME EMPRESARIAL  
S P MARTINS COMERCIO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados  
 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes  
 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática  
 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação  
 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo  
 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis  
 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação  
 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário  
 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho  
 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente  
 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros  
 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos  
 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos  
 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas  
 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal  
 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos  
 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios  
 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados  
 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem  
 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO  
CJ NOVA VITORIA I

NÚMERO  
19

COMPLEMENTO  
QUADRA: D;

CEP  
65.915-000

BAIRRO/DISTRITO  
CONJUNTO NOVA VITORIA I

UF  
MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
FCSCONTABIL@UOL.COM.BR

MUNICÍPIO  
IMPERATRIZ

TELEFONE  
(99) 3525-0039

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
16/08/2010

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/03/2024 às 21:14:33 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
12.396.276/0001-10  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
16/08/2010

NOME EMPRESARIAL  
S P MARTINS COMERCIO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios  
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO  
CJ NOVA VITORIA I

NÚMERO  
19

COMPLEMENTO  
QUADRA: D;

CEP  
65.915-000

BAIRRO/DISTRITO  
CONJUNTO NOVA VITORIA I

UF  
MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
FCSCONTABIL@UOL.COM.BR

MUNICÍPIO  
IMPERATRIZ

TELEFONE  
(99) 3525-0039

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
16/08/2010

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/03/2024 às 21:14:33 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



Rúrica

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio

## REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/1

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO PESSOAL DA EMPRESA - NIRE DA SEDE <b>211017-2450</b>		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente à filial)		
NOME DO EMPRESÁRIO (Corporativo, sem abreviações) <b>SHIRLENE PEREIRA MARTINS</b>				
NACIONALIDADE <b>BRASILEIRA</b>		ESTADO CIVIL <b>CASADO</b>		
SEU <input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> REGIME DE BEM (Seu casado) <b>COMUNHÃO PARCIAL</b>				
FILHO DE (seu) <b>MANOEL PEREIRA MARTINS</b>		(mãe) <b>MARIA PEREIRA MARTINS</b>		
NASCIDO EM (data de nascimento) <b>30/12/1984</b>	IDENTIDADE (número) <b>023947792003-3</b>	Órgão emissor <b>GEJUSPC</b>	UF <b>MA</b> CPF (número) <b>024.356.653-00</b>	
EMANCIPADO POR (termo de emancipação - comentar no caso de menor) <b>XXXXXXXXXXXXXX</b>				
DOMICILIADO NA (Logradouro - rua, av, etc) <b>RUA D</b>		NÚMERO <b>19</b>		
COMPLEMENTO <b>QUADRA 14</b>	Bairro/Distrito <b>CONJUNTO NOVA VITÓRIA I</b>	CEP <b>65.915-000</b>	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (UF e CNPJ da Junta Comercial) <b>2475</b>	
MUNICÍPIO <b>IMPERATRIZ</b>				
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO				
CÓDIGO DO ATO <b>002</b>	DESCRICAÇÃO DO ATO <b>ALTERAÇÃO</b>	CÓDIGO DO EVENTO <b>021</b>	DESCRICAÇÃO DO EVENTO <b>ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)</b>	
CÓDIGO DO EVENTO <b>XXXXXXXXXXXXXX</b>	DESCRICAÇÃO DO EVENTO <b>XXXXXX</b>	CÓDIGO DO EVENTO <b>XXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>	DESCRICAÇÃO DO EVENTO <b>XXXXXXXXXXXXXX</b>	
NOME EMPRESÁRIO <b>S P MARTINS COMERCIO - ME</b>				
LOGRADOURO (rua, av, etc) <b>RUA CONJUNTO NOVA VITÓRIA I</b>		NÚMERO <b>19</b>		
COMPLEMENTO <b>QUADRA D</b>	Bairro/Distrito <b>CONJUNTO NOVA VITÓRIA I</b>	CEP <b>65.915-000</b>	CÓDIGO DO MUNICÍPIO (UF da Junta Comercial) <b>2475</b>	
MUNICÍPIO <b>IMPERATRIZ</b>	UF <b>MA</b> PAÍS <b>BRASIL</b>	CORRÉIO ELETRÔNICO (EMAIL) <b>XXXXXXXXXXXXXX</b>		
VALOR DO CAPITAL - R\$ <b>15.000,00</b>	VALOR DO CAPITAL - (Dólar Americano) <b>QUINZE MIL REAIS</b>			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (nae)	DESCRICAÇÃO DO OBJETO			
Atividade Principal <b>4761003</b>	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO ODONTO-MÉDICO-HOSPITALAR, PARTES E PEÇAS			
Atividade Secundária <b>4763601</b>				
<b>4712100</b>				
<b>4773300</b>				
<b>4771701</b>				
<b>4754701</b>				
<b>4664800</b>				
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES <b>XA XXXXXXXXXX</b>	NUMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ <b>12396276000110</b>	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA I.P. NIRE ANTERIOR <b>XXXXXXXXXXXXXX</b>	UF <b>XX</b>	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPONENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1-sim <input type="checkbox"/> 2-nao
ASSINA UNA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante autorizado) (assinar)				
<b>S P Martins Comercio - ME</b>				
DATA DA ASSINATURA <b>17/08/2011</b>		ASSINATURA DO EMPRESÁRIO <b>Shirlene Pereira Martins</b>		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL				
DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE <i>Impresso</i>	AUTENTICAÇÃO <i>Impresso</i>	<b>JUCEMA</b> <b>JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO</b> CERTIFICO O REGISTRO EM 29/08/2011 SOB O NÚMERO 20110575423 Protocolo 110575423 Empresa 21 1 0174245 0 <b>S P MARTINS COMERCIO - ME</b> 		
26/08/2011				
Nº AD 104.229				
MARCIO PATRÍCIO SOUZA CHIEFE DO ESC. PFC. DE IMPERATRIZ				



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento Nacional de Registro do Comércio  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME

Ilmo Sr. Presidente da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

O Empresário, S P MARTINS COMERCIO estabelecido na RUA CONJUNTO NOVA VITORIA nº 19, QUADRA D, CONJUNTO NOVA VITORIA I, CEP: 65 915-000 IMPERATRIZ, MA, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do Ato : 315

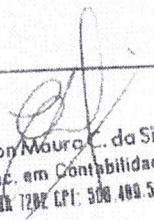
Descrição do Ato : MICROEMPRESA

IMPERATRIZ, 11 de Agosto de 2010

Assinatura:

Shirlene Pereira Martins

Nome do Empresário : SHIRLENE PEREIRA MARTINS

  
Edson Mauro C. da Silva  
Técnico em Contabilidade  
CRC-MT 7202 EPI: 508.400.503-30

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 13/08/2010



	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO ESTE DOCUMENTO REGISTRO N.º 14392-007/010 ON.º NÚMERO: 20100508232 Vencimento: 10/02/2013 2 Endereço: 21.º 047-A, 41.º 0 P. MARTINS COMÉRCIO	
Nº AC 132915		MA1201001903886



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Corregedoria Geral da Justiça  
Secretaria Judicial de Distribuição de Imperatriz

CERTJUDONE-SJDI-7162024

Código de validação: A1B01BB4A1

Número da guia: 24053601001735960

## CERTIDÃO DE FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

USANDO da faculdade que me confere a Lei CERTIFICO, a requerimento verbal de pessoa interessada, que dando busca em nossos arquivos e sistemas de DISTRIBUIÇÃO dos feitos referente à FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, em um interstício temporal de 10 anos, até a presente data, NÃO CONSTATEI a existência de qualquer distribuição/processo dessa natureza em desfavor da pessoa jurídica **S P MARTINS COMERCIO**, inscrita no CNPJ nº 12.396.276/0001-10, situada nesta cidade e comarca de Imperatriz, estado do Maranhão.

CERTIFICO, ainda, que esta Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo é a única existente nesta Cidade e Comarca de Imperatriz. O referido é verdade, me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão nesta Secretaria, Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão. Eu, **ARLETE DOS SANTOS SOUSA MARTINS**, Auxiliar Judiciária, matrícula 116236, digitei. Eu, **EDILENE BANDEIRA DE ARAÚJO**, Distribuidora Judicial desta Comarca, matrícula 180885, subscrevo e assino eletronicamente.

Imperatriz-MA, 07 de março de 2024.

### OBSERVAÇÕES:

1- O prazo de validade da presente Certidão Judicial será de 60 (sessenta) dias (art. 198 do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça); 2- O documento deve ser emitido em única via, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor, podendo ter sua autenticidade verificada no site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conforme orientações no rodapé; 3- O CNPJ/CPF constante nessa certidão foi informado pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado ou destinatário; 4- Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônica Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link <https://selos.tjma.jus.br>, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code; 5- Essa certidão abrange somente a Comarca de Imperatriz/MA.

**EDILENE BANDEIRA DE ARAÚJO**  
Secretaria Judicial de Distribuição de Entrância Final  
Secretaria Judicial de Distribuição de Imperatriz  
Matrícula 180885



CERTJUDONE-SJDI-7162024 / Código: A1B01BB4A1  
Valida o documento em [www.tjma.jus.br/validacao.php](http://www.tjma.jus.br/validacao.php)

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.  
[www.tjma.jus.br/validacao.php](http://www.tjma.jus.br/validacao.php)

[Voltar](#) [Imprimir](#)



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 12.396.276/0001-10

**Razão Social:** S P MARTINS COMERCIO

**Endereço:** CJ NOVA VITORIA I 19 / CONJUNTO NOVA VITOR / IMPERATRIZ / MA / 65915-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/04/2024 a 18/05/2024

**Certificação Número:** 2024041919053218966421

Informação obtida em 30/04/2024 13:55:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: S P MARTINS COMERCIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 12.396.276/0001-10

Certidão nº: 15535435/2024

Expedição: 06/03/2024, às 20:50:54

Validade: 02/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **S P MARTINS COMERCIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **12.396.276/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).  
Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos acordos judiciais previdenciários, a honorários, a custas, a recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
CNPJ: 01.616.680/0001-35  
ASSESSORIA JURÍDICA



## PARECER JURÍDICO

*"Contratação de empresa especializada para o fornecimento de brinquedos tipo parquinho para as escolas de ensino infantil da rede municipal. Dispensa de licitação em razão do valor. Possibilidade. Pressupostos legais."*

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA, no exercício de suas atribuições legais, vem proceder à análise e emissão de Parecer Jurídico.

Trata-se de solicitação de realização de despesa preterida de procedimento licitatório, formulada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da qual aduz, em síntese, que “[...] A contratação pretendida para a aquisição de bens comuns no item I, por dispensa de licitação, se funda no artigo 75, II, da lei 14.133/21 e, portanto, se justifica pelo pequeno vulto das despesas a serem realizadas [...]”

Por fim, pugna pela contratação direta da empresa S.P MARTINS (CNPJ nº 12.396.276/0001-10), cuja proposta de preços fora apresentada nos autos do procedimento, nos moldes do que disciplina o art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
CNPJ: 01.616.680/0001-35  
ASSESSORIA JURÍDICA



Este é o relatório. Passo a opinar.

Com efeito, a Constituição da República prevê a possibilidade da aquisição de produtos e contratação de serviços, por parte da Administração Pública, sem prévio procedimento licitatório.

Essa é a letra do art. 37, XXI, da Carta Magna, *in verbis*:

"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (destaques e grifos nossos)

Da leitura do dispositivo legal acima invocado depreende-se que, em regra, toda e qualquer contratação de produto ou serviço levada a efeito pela Administração Pública deve ser precedida do competente procedimento licitatório, o qual, no caso em tela, é regido pela Lei nº 14.133/21.

Por outro ângulo, o Novo Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, regulamentando a primeira parte do art. 37, XXI, da Carta Magna, estabeleceu em seu art. 75 e incisos as hipóteses e pressupostos em que se torna admissível a contratação direta de produtos e serviços, ocasião em que a realização do processo de licitação se torna dispensável.

No caso *sub examinem*, o valor orçado para a contratação do objeto é de pequeno vulto, tornando-se dispensável a realização de procedimento licitatório.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
CNPJ: 01.616.680/0001-35  
ASSESSORIA JURÍDICA



O art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, reza que:

“É dispensável a licitação:

[...] II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [...]”  
(destaques e grifos nossos)

Assim é que o valor cuja contratação é pretendida coaduna-se com o *quantum* máximo previsto no dispositivo legal supra citado, mormente porque o Decreto Federal nº 11.317/2022 corrigiu a importância prevista no dispositivo de lei acima invocado.

Urge salientar ainda que, compulsando os autos, verifica-se que o aviso de dispensa de licitação fora devidamente veiculado no Diário Oficial do Município e disponibilizado no prazo de três dias úteis no sítio oficial da Prefeitura Municipal de SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA), oportunidade em que a última aguardou o envio de propostas pelos interessados em contratar. (art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/21)

Dessarte, uma vez presentes os pressupostos autorizadores da contratação direta em razão do pequeno vulto, opina este Órgão pela legalidade do procedimento de dispensa de licitação para a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUINHO E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO -MA**”, observado o procedimento disposto na Lei nº 14.133/21 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
CNPJ: 01.616.680/0001-35  
ASSESSORIA JURÍDICA



Após a devida análise, aprovamos a minuta do contrato administrativo posto que observadas as disposições legais atinentes a matéria. (art. 72, III da Lei nº 14.133/21)

Acerca do mérito do ato administrativo é válido registrar que não cabe a este órgão jurídico imiscuir-se em tal seara, avaliando a conveniência e oportunidade da contratação. Na forma do art. 72, III, da Lei nº 14.133/21, compete a esta Consultoria, tão-somente, o exame prévio quanto aos aspectos jurídico-formais do procedimento.

Remeta-se a autoridade superior para as providências que julgar cabíveis.

Este é o parecer.

São Francisco do Brejão (MA), 03 de maio de 2024

*Fab...  
Procuradora Social  
Portaria Nº 001/2021*

**Fabicleia Sousa Conceição**

**Assessora Jurídica**

**OAB-MA 21.245**



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
CNPJ: 01.616.680/0001-35  
ASSESSORIA JURÍDICA



Processo Administração nº 065/2024

São Francisco do Brejão (MA), 03 de maio de 2024

Após a devida análise e emissão do competente parecer jurídico, encaminho os autos do processo administrativo em epígrafe para prosseguimento em seus ulteriores termos.

Sem mais, registramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Fabicleia Sousa Conceição  
Procuradora Geral  
Portaria nº 00120223

Fabicleia Sousa Conceição  
Assessora Jurídica  
OAB-MA 21.245

A ILMA SRA.  
ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
NESTA



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO  
*Secretaria Municipal de Assistência Social*



Processo de Dispensa nº007/2024

São Francisco do Brejão (MA), 06 de maio de 2024

A Secretaria Municipal de Assistência Social vem por meio deste encaminhar os autos do processo em epígrafe para fins de ratificação da contratação por dispensa de licitação cujo objeto consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS TIPO PARQUINHO E MATERIAIS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Sem mais, registramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**ANA CRISTINA FIGUEIRA DE SOUSA**  
Secretaria Municipal de Assistência Social

**ILMA. SRA.  
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES  
PREFEITA MUNICIPAL  
NESTA**



## DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Processo de Dispensa nº: 007/2024

Afigurando-me que o procedimento de contratação epigrafado encontra-se regular e legalmente desenvolvido e estando ainda presente o interesse público na contratação que deu ensejo à instauração do processo, ratifico a decisão exarada nos autos, de acordo com os seus próprios fundamentos e em conformidade, ainda, com o parecer da dnota Assessoria Jurídica do município.

Portanto, efetive-se a contratação, por dispensa de licitação, segundo o disposto acima.

Sigam-se seus ulteriores termos.

São Francisco do Brejão (MA), 06 de maio de 2024

  
EDINALVA BRANDÃO SILVA  
PREFEITA MUNICIPAL